

Circular nº 508/2025

Brasília (DF), 14 de novembro de 2025.

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia Relatório da Reunião do GT Verbas e Fundações, realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2025.

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações (GT Verbas e Fundações), realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2025, na sede do ANDES-SN, em Brasília.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof.^a Fernanda Maria da Costa Vieira
Secretária-Geral**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE VERBAS E FUNDAÇÕES (GT VERBAS E FUNDAÇÕES)

7 de novembro de 2025 – 14h às 18h

Local: Sede do ANDES-SN, 3º andar.

Coordenadoras(es) do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações: Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente Regional Pantanal), Fernanda de Freitas Mendonça (1ª Vice-Presidenta Regional Sul), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro), Marcelo Mário Vallina (1º Vice-Presidente Regional Norte I) e Muna Muhammad Odeh (2ª Vice-Presidenta Regional Planalto).

Professoras(es) presentes na reunião do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações: Lucas Trentin Rech (Convidado), Emerson Duarte Monte (Convidado), Hermann Muller (2º Secretário do ANDES-SN), Eliane Barbosa da Conceição (ADUFC), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Elisabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF) e Edson Franco de Moraes (ADUFPB).

No dia sete de novembro, às 14h10, deu-se início à reunião do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações, conforme convocação feita por meio das Circulares nº 393 e 439/2025, tendo como Pauta:

- 1) Abertura, informes nacionais e informes das seções sindicais referentes ao GT;
- 2) Mesa: Instrumentos de execução orçamentária: formulação e execução do orçamento público na educação.

A professora Fernanda Medeiros, presidente da sessão, passou a palavra às(aos) demais coordenadoras(es) para que se apresentassem. Em seguida, todas e todos as demais companheiras e companheiros também se apresentaram. Por conseguinte, explanou sobre a pauta e a dinâmica da reunião.

1) Abertura, informes nacionais e informes das seções sindicais referentes à diretoria:

A presidente da mesa, juntamente com o Prof. Hermann Muller, fez os informes na seguinte ordem:

- A. Envio de nova Circular nº (343/2025), solicitando informações sobre as fundações. Até 31/10/2025, as seções sindicais que responderam foram: ADUFERPE, ADUFSCAR, ADUFPR, ADUFMAT, APRUDESC, SINDOIF e APRUMA. Na Circular nº 452/2024, tinham respondido: UFSCAR, ADUNIR, ADUNIFEI, SINDIUIFSB, APESJF, ADUFERSA; ADUFMS e ADUFES. Importante explorar métodos alternativos de levantamento dessas informações;
- B. Acesso aos dados da pesquisa de financiamento das IEES, IMES e IDES: a equipe de economistas ainda está finalizando algumas análises. Assim que o processo de levantamento de dados for finalizado, o setor irá orientar as seções sindicais como acessar os dados;
- C. Reunião com as(os) economistas para o levantamento dos dados de financiamento das IFES: a coordenação do GT reuniu-se com a equipe de economistas no dia 09/10, e foram definidos os seguintes encaminhamentos:
 - i) Buscar, em cada uma das 69 UFs e cada uma dos IFs, Cefets e escolas federais (órgão executor), localizar a "função orçamentária" Ensino Superior e Educação Básica,

- Técnica e Tecnológica para cada órgão, aglutinar as subfunções Custoio, Investimento e Pessoal e construir a série histórica, entre 2014 e 2025 (deflacionada);
- ii)** Buscar, na execução, as emendas parlamentares e conferir aquelas que foram dirigidas aos órgãos UF, IF, Cefets e escolas federais (com base nos códigos dos órgãos executores), tentando discriminar as emendas por subfunção;
- iii)** Perdas salariais;
- iv)** Participação da Coordenação do GT nas atividades da ACD: duas(dois) membros(os) da coordenação GT estão participando das reuniões promovidas pela ACD. A primeira ocorreu em 07/08 e a segunda, de forma presencial, em 09/10. O GT também contribui com material em comemoração aos 25 anos da ACD. Atualmente, três membros(os) do GT estão participando do curso referente ao Sistema da Dívida Pública;
- v)** Informes da Diretoria:
- a)** Marcha contra a reforma administrativa: o ANDES-SN participou ativamente (houve a convocação das(os) 83 membros(os) da Diretoria). Foram, ao todo, 16 ônibus oriundos de diferentes regionais. A concentração teve início às 9h, no Museu Nacional da República, e seguiu até as proximidades do Congresso Nacional. Estima-se que mais de 20 mil servidoras(es) participaram da marcha contra a PEC 38/2025. A marcha foi bem avaliada pela CNM no que se refere à organização, participação e impacto; contudo, foi ponderada a dificuldade de mobilizar a base, sobretudo de trazer militantes de localidades mais distantes. Ainda no mesmo dia da marcha, foi noticiada a retirada de algumas assinaturas da PEC, embora essa ação não necessariamente impeça a tramitação da PEC, sinalizou um enfraquecimento do clima político para continuidade da tramitação;
- b)** Marcha das Mulheres Negras: a marcha será realizada no dia 25 de novembro, em Brasília. O 67º CONAD do ANDES-SN, realizado em 2024, em Belo Horizonte (MG), deliberou “que o ANDES-SN, via suas seções sindicais, auxilie na construção e participação da Marcha Nacional das Mulheres Negras, que acontecerá em novembro de 2025”. Desde então, o Sindicato tem participado ativamente na construção da marcha, por meio da viabilização de caravanas por regional;
- c)** Seminário de Questões Organizativas, Administrativas e Financeiras do ANDES-SN: o seminário faz parte de uma das deliberações do último CONAD e será realizado entre os dias 28 e 30 de novembro, em São Paulo, conforme as Circulares nº 405, 423 e 481/2025. O local de realização do seminário será na sede do Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO/SP), situada na Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo (SP), CEP: 04038-000;
- d)** Seminário Nacional sobre Carreira Docente e V Encontro da Carreira EBTT e das carreiras Ensino Básico das IEES, IMES e IDES na Unicamp, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2025;
- e)** Foi lançado o 44º Congresso do ANDES-SN, por meio da Circular nº 449/2025, que será realizado na cidade de Salvador (BA), entre os dias 2 e 6 de março (segunda a sexta-feira), cujo tema é: *Na capital da resistência, das revoltas do Búzios e dos Malês: ANDES-SN nas lutas e nas ruas, pela democracia e educação pública, contra as opressões e a extrema direita!* Prazo para as contribuições do caderno de textos: 19 de dezembro de 2025. Período de credenciamento prévio: 15 de outubro a 5 de fevereiro;
- f)** VIII Encontro de Comunicação e Arte e III Festival de Cultura e Artes do ANDES-SN, Circular nº 427/2025. Os eventos estão ocorrendo simultaneamente

nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2025, com o tema: “*Arte e Comunicação fortalecendo o ANDES-SN para vencer o ódio nas ruas e nas redes*”. A ADUFF – Seção Sindical recebe os eventos na cidade de Niterói (RJ). Dessa forma, a Profa. Fernanda repassou a palavra para as(os) representantes das seções sindicais apresentarem seus informes, com um tempo de 3 minutos, ficou acordado que aquelas seções sindicais que não tivessem enviado os informes antecipadamente o fariam até o dia 10 de novembro de 2025 (segunda-feira), para serem incluídas no relatório final.

Nº	SEÇÃO SINDICAL	INFORMES APRESENTADOS
1	ADUFPEL	<p>INFORMES DA ADUFPEL SSIND. PARA A REUNIÃO DO GT VERBAS</p> <p>Em audiência com a reitora e equipe, a ADUFPEL SSind recebeu as seguintes informações gerais a respeito da alocação/execução das verbas orçamentárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - apesar de todas as medidas de economia, restaram mais de 10 milhões de despesas de manutenção a descoberto de 2024, que precisaram ser pagos com recursos do orçamento de 2025; - O orçamento de manutenção alocado para 2025 foi de aproximadamente 90 milhões, quando o mínimo para o fechamento deste ano está estimado acima de 115 milhões, projetado um déficit em torno de 25% o que já vem evidenciando prejuízos ao funcionamento, agravados pelos contingenciamentos e liberação fracionada em duodécimos; - os recursos previstos no orçamento de 2025 para investimentos são irrigários; - a distribuição dos parcos recursos ordinários para manutenção das unidades universitárias obedece critérios semelhantes à matriz de distribuição de recursos entre as Universidades. <p>SOBRE OUTROS RECURSOS E VIAS DE EXECUÇÃO</p> <p>Além de alguns serviços ordinários que geram receitas, recebidas e executadas diretamente no Orçamento da Universidade como receitas próprias, projetos específicos e de recursos operados pessoalmente por membros da comunidade universitária pelos denominados “cartão pesquisador”, a UFPEL convive a mais ou menos tempo com outros núcleos que intermedian atividades e seus financiamentos específicos. As principais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FUNDACÕES DITAS DE APOIO; - EBSERH; - EMBRAPA; - EMBRAPII; - CENTRO DE PESQUISAS EPIDEMIOLOGIAS UFPEL, AMILCAR GIGANTE; TECNOSUL. <p>FUNDACÕES DITAS DE APOIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A FAU- Fundação de Apoio Universitário, funcionou desde os anos 80 administrando vários tipos de projetos, mas principalmente os recursos da área de saúde/hospital escola. Com o advento a EBSERH essa fundação foi esvaziada, porém ainda não foi extinta; b) A Fundação Simon Bolivar foi criada nos anos 90, operou durante alguns anos, foi esvaziada e depois extinta.

		<p>c) A Fundação Delfin Mendes da Silveira foi criada nos anos 90 opera desde então como fundação de apoio à UFPEL, mantendo também credenciamento para operar com a UFSM e UNIPAMPA, administrando um vasto leque de projetos. Foram 63 novos projetos em 2024, que com os demais totalizaram 178. Obteve em 2024 um total arrecadado de projetos de 77.427.237,25 de fontes públicas, privadas e do exterior. Em 2024 pagou, para 630 bolsistas: 5.316.772,63 da UFPEL; 1.960.992,83 da UFSM; 146.300,00 da UNIPAMPA. Em 2024 criou um Fundo Patrimonial para o qual reserva percentual dos projetos.</p> <p>d) Depois de uma grande polêmica a UFPEL aderiu à EBSERH em 2014. Desde então, grande parte das receitas, despesas e pessoal do complexo de saúde passaram a operar por essa Empresa, inclusive o Hospital Escola. Algumas exceções, como o atendimento social odontológico/SUS prestado pela Faculdade de Odontologia, são intermediados por convênios entre a prefeitura e a universidade diretamente ou, excepcionalmente, com a Fundação Delfim Mendes da Silveira.</p> <p>e) EMBRAPA- Alguns setores/programas da UFPEL, especialmente das ciências agrárias, funcionam no âmbito do convênio Embrapa/UFPEL, que vem desde os anos 60 ainda na relação com o Instituto Agronômico do Sul, vinculado ao Ministério da Agricultura.</p> <p>f) EMBRAPII- Recentemente foi constituída a unidade EMBRAPII-UFPEL por meio de convênio nucleado em alguns docentes da faculdade de Agronomia. Os recursos dos projetos são administrados via Fundação Delfim Mendes da Silveira;</p> <p>g) Centro de Pesquisas Epidemiológicas UFPEL - Dr. Amilcar Gigante. Há um leque de fontes de financiamento, inclusive internacionais;</p> <p>h) TECNOSUL- Parque Científico e Tecnológico de Pelotas. Funciona desde 2016 sob regime de associação civil de direito privado “sem fins econômicos” (cooperação entre universidades, entre elas a UFPEL, e instituições públicas e privadas). A UFPEL é membro nato do Conselho de Administração e várias atividades ocorrem nesse âmbito.</p>
2	ADUFC	<p>Informe da ADUFC-Sindicato ao GT Verbas e Fundações Nacional do ANDES-SN</p> <p>Seção Sindical dos(as) Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC-S.Sind)</p> <p>Brasília, 6 de novembro de 2025</p> <p>1. Contexto e organização da gestão</p> <p>A nova diretoria da ADUFC, eleita pela chapa 1 – “Democracia e Luta: Adufc em movimento” – tomou posse em 2 de julho de 2025. Em 7 e 8 de agosto, a diretoria recém-empossada realizou seu planejamento estratégico ocasião em que foram definidos os eixos de atuação e os Grupos de Trabalho (GTs) que orientariam a gestão.</p>

Entre eles, destaca-se o GT Verbas e Fundações, cuja primeira reunião ocorreu em 1º de setembro. Nesse encontro, foram traçadas as diretrizes iniciais de funcionamento e reafirmado o compromisso de acompanhar de forma contínua o orçamento federal, com atenção especial aos gastos sociais, ao pagamento da dívida pública e à reserva de contingência, mantendo alinhamento com as deliberações e estudos do GT Verbas Nacional do ANDES-SN.

2. Atuação recente: Reforma Administrativa

Com o retorno do tema da Reforma Administrativa ao debate público nacional, o GT concentrou esforços na análise do Relatório do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Esse estudo inicial subsidiou a Assembleia Geral realizada em 17 de outubro, convocada especificamente para discutir os riscos e implicações da reforma para o serviço público e as universidades federais.

Diante do arrefecimento momentâneo da pauta, o GT decidiu finalizar um documento de acompanhamento que sistematiza o histórico das propostas de Reforma Administrativa desde a PEC 32/2019, incluindo as mobilizações sociais, o ressurgimento do debate em 2024, o conteúdo do relatório recente, as reações populares e o processo político que levou à sua estagnação.

O documento será permanentemente atualizado, de modo a manter o grupo preparado para o eventual retorno da matéria à agenda nacional, seja antes ou após 2027.

3. Próximas iniciativas

O GT planeja realizar, no início de dezembro, um seminário público para discutir a evolução da alocação dos gastos públicos federais nos últimos anos, buscando identificar o ponto de inflexão em que as despesas sociais, de infraestrutura e de desenvolvimento passaram a sofrer retração mais acentuada – e os impactos dessa tendência sobre políticas públicas essenciais, com ênfase nas universidades federais.

A proposta é abrir o evento com uma análise macrofiscal abrangente – e considerando temas como a busca por superávits primários, o uso crescente da reserva de contingência, dívida e a expansão das emendas impositivas –, seguida de uma exposição do reitor da Universidade Federal do Ceará, abordando o panorama local.

A atividade contará ainda com debate aberto envolvendo docentes, discentes, técnicos e gestores das universidades cearenses, bem como o público interessado em discutir o financiamento e o futuro das políticas públicas de educação superior no país.

4. Encerramento

A ADUFC reafirma seu compromisso com a defesa da universidade pública, da autonomia universitária e da valorização do serviço público, articulando suas ações locais com o projeto nacional de luta do ANDES-SN e fortalecendo a construção de uma agenda crítica e

		propositiva sobre o orçamento público, o financiamento da educação e a justiça fiscal no Brasil.
3	SINDUECE	A constituição estadual tem artigo que destina 5% da receita corrente líquida para o financiamento das Universidades Estaduais (UECE, URCA e UVA), inclusive com possibilidade de aplicação em pagamento de pessoal. As seções sindicais das Universidades Estaduais encomendaram um estudo atuarial da situação fiscal e da aplicação dos 5%. O dado obtido aponta que só no ano de 2024, o Governo do Estado do Ceará deixou de aplicar R\$ 867mi. Para se ter uma ordem de grandeza, a folha de pagamento da UECE em 12 meses equivale a cerca de R\$ 500mi. O estudo será publicado para organizar a categoria e o relatório da assessoria contratada segue nos anexos. Convém destacar que o custo do estudo foi de R\$ 5mil, a Regional NE1 concedeu auxílio de R\$ 700,00 e o restante foi rateado de acordo com as possibilidades de cada uma das seções.

2) Mesa: Instrumentos de execução orçamentária: formulação e execução do orçamento público na educação:

A presidente passou a palavra para o professor Lucas Trentin Rech. O professor apresentou e discutiu o texto *Governança Orçamentária e o Financiamento do Ensino Superior Federal*, que realiza uma análise crítica da evolução do orçamento das universidades federais brasileiras, a partir de sua inserção no contexto mais amplo da governança fiscal e das prioridades orçamentárias estabelecidas pelo governo federal, considerando o período de 2015 a 2026, com ênfase na análise comparativa dos três últimos Planos Plurianuais (PPA 2016–2019, PPA 2020–2023 e PPA 2024–2027). O texto parte da premissa de que o processo de desfinanciamento do ensino superior federal não é recente, tampouco conjuntural, mas estrutural, e tem origem no reordenamento das regras fiscais e na reconfiguração do arranjo de governança orçamentária do Estado brasileiro, especialmente após a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos. Essa emenda inaugurou o que o autor classifica como o “quinto regime de governança orçamentária”, caracterizado por um limite rígido para crescimento do gasto primário, subordinando a expansão das despesas não obrigatórias (como investimentos e custeio discricionário) à dinâmica das despesas obrigatórias (como previdência e folha de pessoal). Nesse ambiente, as políticas públicas concorrem entre si por um espaço cada vez mais restrito no orçamento, o que gera efeitos assimétricos: áreas com gastos obrigatórios consolidados preservam participação relativa, enquanto setores dependentes de despesas discricionárias, como as universidades federais, sofrem compressões sucessivas.

O professor destacou que, ao contrário do que sugere o debate público, frequentemente polarizado entre governos, a análise dos dados demonstra que a redução de participação do ensino superior no orçamento ajustado não foi revertida por gestões recentes. Se, no PPA 2016–2019, o ensino superior representava 3,76% do orçamento ajustado, esse percentual caiu para 2,57% no PPA 2020–2023 e atingiu 2,30% no PPA 2024–2027, já no governo iniciado em 2023. Esse dado evidencia que a perda de peso orçamentário do ensino superior manteve trajetória de queda mesmo após a alternância

de governo, o que contradiz leituras que associam o problema unicamente a um ciclo político específico. Outro ponto enfatizado foi a mudança na correlação interna do orçamento educacional. Embora a participação total da educação no orçamento ajustado tenha crescido (de 12,88% no PPA 2016–2019 para 14,63% no PPA 2024–2027), tal expansão foi direcionada quase integralmente para a educação básica, cuja participação aumentou de 7,75% para 11,70% no mesmo intervalo. Em contrapartida, as participações combinadas da educação profissional e superior caíram de 5,13% para 2,93%, demonstrando uma redistribuição intrassectorial que favorece o ensino básico às custas da retração relativa do ensino superior e técnico. Essa recomposição, conforme destacada no debate, não deve ser lida como antagonismo entre os níveis de ensino, mas como evidência de uma disputa desigual por recursos dentro de um orçamento globalmente restrinrido por regras fiscais. Também apresenta análise detalhada da execução orçamentária das universidades federais por classificação de Resultado Primário (RP). A queda do orçamento total, quando corrigido para valores de 2025, é expressiva: de R\$ 47,4 bilhões em 2015 para R\$ 35,6 bilhões em 2022, com recuperação parcial projetada até R\$ 41,4 bilhões em 2026. No entanto, essa recomposição é praticamente integral no componente RP1 (despesas obrigatórias, especialmente folha de pessoal), enquanto o componente RP2 (despesas discricionárias, incluindo custeio e investimentos) continua em declínio persistente. O RP2, essencial para manutenção das atividades operacionais das universidades (pagamento de terceirizados, funcionamento predial, insumos, água, energia elétrica, manutenção de laboratórios e TI), caiu de R\$ 16,1 bilhões em 2015 para R\$ 7,38 bilhões projetados em 2026, o que representa uma retração superior a 50% em termos reais.

Mesmo considerando outras fontes complementares, como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e emendas parlamentares (RP 6/7/8/9), o volume total não alcança a metade do patamar de custeio observado em 2015. O professor enfatizou que essa redução do custeio discricionário gera um paradoxo: despesas operacionais essenciais, embora tratadas formalmente como discricionárias pelo orçamento, são, de fato, incomprimíveis na prática, pois, sem elas, a universidade não funciona. O crescimento relativo das emendas parlamentares no orçamento universitário foi outro ponto crítico destacado. Em 2015, as emendas representavam menos de R\$ 200 milhões, enquanto, em 2025, ultrapassam R\$ 600 milhões. Em alguns anos recentes, o volume de recursos oriundos de emendas superou os valores aportados pelo PAC, evidenciando um processo de parlamentarização crescente do financiamento de investimentos. Embora não se desconsidere a importância dessas fontes, o professor salientou que a dependência progressiva de emendas enfraquece a autonomia universitária, pois desloca a capacidade de decisão sobre investimentos do planejamento institucional para a alocação política contingente.

Ao examinar separadamente a modalidade de investimento, o texto mostra uma queda muito mais acentuada que a observada no custeio. Entre 2015 e 2017, os investimentos das universidades federais giraram em torno de R\$ 3,5 bilhões anuais (em média), enquanto, no período 2018–2025, essa média não alcança R\$ 1 bilhão ao ano, mesmo quando somados recursos do PAC e de emendas parlamentares. Para 2026, o investimento previsto via discricionário (RP2) é de apenas R\$ 313 milhões, o menor da série histórica, praticamente igual ao montante recebido por emendas no exercício anterior. Assim, o orçamento de investimento das universidades torna-se cada vez mais residual e dependente de fontes extraorçamentárias, instáveis e politicamente vinculadas.

Nas considerações finais apresentadas pelo professor, reforçou-se que a crise orçamentária atual não é um problema de gestão interna das universidades, mas

resultado de um desenho sistêmico que combina restrição fiscal, blindagem de despesas obrigatórias e desidratação do orçamento discricionário. Também se destacou que a recuperação salarial obtida pela greve das(os) trabalhadoras(es) da educação federal, embora relevante e legítima, não se converteu em recuperação equivalente do orçamento de custeio e investimento, deixando um déficit operacional estimado em R\$ 2 bilhões anuais, segundo cálculos da ANDIFES. O professor concluiu, destacando que, sem recomposição real do custeio (RP2) e fortalecimento da autonomia do investimento, as universidades federais seguirão operando sob crescente instabilidade, perda de capacidade de planejamento e progressiva substituição do orçamento institucional por soluções fragmentadas, provenientes de emendas e programas descentralizados.

Apontou, por fim, que a luta pela sustentabilidade do ensino superior público no Brasil precisa migrar do campo da recomposição episódica (como reposições salariais ou liberação extraordinária de recursos) para o campo da reconfiguração estrutural do modelo de governança orçamentária que, no atual regime fiscal, tornou-se incompatível com o custeio e a expansão sustentável da universidade pública. A presidente abriu inscrições para acúmulo e debate. Após manifestações diversas, conclui-se, como encaminhamento, que o ANDES-SN deve lutar pela recomposição do RP2 e pela retirada da educação do novo arcabouço fiscal. Por fim, a presidente encerrou a sessão às dezoito horas.

8 de novembro de 2025 – 9h às 12h

Local: Sede do ANDES-SN, 2º andar, Auditório Marielle Franco.

Coordenadoras(es) do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações: Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente Regional Pantanal), Fernanda de Freitas Mendonça (1ª Vice-Presidenta Regional Sul), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro), Marcelo Mario Vallina (1º Vice-Presidente Regional Norte I) e Muna Muhammad Odeh (2ª Vice-Presidenta Regional Planalto).

Coordenadoras(es) do Grupo de Trabalho Política Educacional: Aroldo Félix de Azevedo Júnior (1º Vice-Presidente Regional Nordeste III), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (2ª Vice-Presidenta Regional Nordeste II), Francisco Jacob Paiva da Silva (3º Secretário do ANDES-SN), Herrmann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário do ANDES-SN), Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice-Presidenta Regional Leste), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro) e Luciana Henrique da Silva (1ª Vice-Presidenta Regional Pantanal).

Professoras(es) presentes na reunião do Grupo Trabalho de Verbas e Fundações: Lucas Trentin Rech (convidado), Emerson Duarte Monte (convidado), Eliane Barbosa da Conceição (ADUFC), Nilson de Souza Cardoso (SINDUCECE), Elisabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF), Edson Franco de Moraes (ADUFPPB), Renato Santos Gonçalves (APESJF), Sandra Maria Alessi (ADUFR-SSind), Solano da Silva Guerreira (ADUA) e Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM).

Professoras(es) presentes na reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional: Lucas Trentin Rech (Convidado), Emerson Duarte Monte (Convidado), Renata Maldonado da Silva (ADUENF-SESDUENF), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Arilu Cavalcanti Porto (ADUFPB), Mara Rejane Vieira Osório (ADUFPEL), Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL), Elson Moura Dias Junior

(ADUFS-BA), Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB), Liliane Ferrari Giordani (ANDES/UFRGS), Renato Santos Gonçalves (APESJF), Magda de Abreu Vicente (APROFURG), Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG), Sandra Mara Alessi (APUFPR), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Sandra Cristina de Oliveira Vierno (SINDCEFET-MG), Nilson de Souza Cardozo (SINDUECE), Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE) e Solano da Silva Guerreiro (ADUA).

No dia oito de novembro, às 9h30, deu-se início à reunião integrada do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações e do Grupo de Trabalho de Política Educacional, conforme convocação feita através das Circulares nº 393 e 439/2025, tendo como pauta: 1) GTPE e GT Verbas e Fundações - Oficina: Desafios para a identificação dos dados orçamentários das IES nos diferentes instrumentos de execução orçamentária. O professor João Claudino, presidente da sessão, passou a palavra para os demais coordenadores para se apresentarem. Em seguida, todas e todos(as) demais companheiras e companheiros se apresentaram. Por conseguinte, explanou sobre a pauta e sobre a dinâmica da reunião.

1) GTPE e GT Verbas e Fundações - Oficina: Desafios para a identificação dos dados orçamentários das IES nos diferentes instrumentos de execução orçamentária:

O presidente da mesa passou a palavra para o Professor Emerson Duarte (UEPA), convidado como oficineiro e palestrante na reunião. O professor apresentou rapidamente sobre o levantamento dos acúmulos da última diretoria sobre os desafios orçamentários e explanou sobre a coleta de dados da IEES, Municipais e Distrital. Assim como trouxe também as peculiaridades do orçamento do setor das Federais. Os dados do Setor das Federais são acessados através do site do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), os quais são recuperados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF). Os caminhos para definir o tipo de dado é estabelecido da seguinte forma:

- a) Painel do Orçamento (Consulta livre, emendas parlamentares, outras);
- b) órgãos orçamentários (MEC, MCTI, outros);
- c) Unidades Orçamentárias (MEC e suas autarquias; MCTI e suas autarquias). Em seguida, o Professor Emerson apresentou os procedimentos contábeis orçamentários, os quais respondem a alguns princípios, como:

1. Unidade;
2. Universalidade;
3. Anualidade;
- 4 Exclusividade;
5. Legalidade;
6. Publicidade;
7. Transparência;
8. Não-vinculação das receitas com impostos.

Isso leva-nos a um elemento fundamental, que são as despesas orçamentárias, as quais constituem o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Outro elemento importante é a classificação da despesa orçamentária (MS/STN, 2024, p. 72-100), que é estabelecida da seguinte forma:

- 1) Classificação Institucional (Estrutura);
- 2) Classificação Funcional (Área);
- 3) Classificação por Estrutura Programática (Objetivos Estratégicos vinculados ao PPA);
- 4) Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza.

Após a classificação, estabelece-se o GND (Grupo de Natureza da Despesa), que são:

- i) pessoal e encargos sociais;
- ii) outras despesas correntes;
- iii) Investimentos.

Etapas do Planejamento orçamentário são: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Para tanto, as etapas das despesas orçamentárias são as seguintes:

1. Empenho;
2. Liquidação;
3. Pagamento.

Por fim, o professor Emerson exemplificou a correção monetária do valor da bolsa de mestrado no recorte de 1995 a 2024. Da mesma forma, demonstrou o mesmo comportamento de correção monetária dos dados referentes à bolsa de doutorado no mesmo período. Assim, o prof. Emerson passou a demonstrar como se coletavam os dados antes do SIOP, com arquivos de dados *acess*. Entretanto, ressaltou que, para o setor da Estaduais, Municipais e Distrital, não existe uma base de dados única, e deve-se buscar e coletar os dados para cada caso. Nesse caso, apresentou alguns dados estruturados em Excel e *Visual Basic*, desenvolvidos em conjunto com os bolsistas responsáveis pela coleta dessas informações caso a caso. Após a apresentação do prof. Emerson, o presidente abriu as inscrições todas(os) presentes, que passaram a se manifestar, sempre mantendo a igualdade de gênero nas falas. A dinâmica do debate foi intermediada pela secretária da mesa, professora Jacqueline Alves. Do debate, destaca-se a necessidade da demanda por levantamento de dados sobre financiamento da Ebserh, Bolsas, Fundações, entre outros. Por fim, o presidente encerrou a sessão às doze horas e trinta minutos.

8 de novembro de 2025 – 14h às 17h

Local: Sede do ANDES-SN, 3º andar.

Coordenadoras(es) do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações: Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente Regional Pantanal), Fernanda de Freitas Mendonça (1ª Vice-Presidenta Regional Sul), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro), Marcelo Mario Vallina (1º Vice-Presidente Regional Norte I) e Muna Muhammad Odeh (2ª Vice-Presidenta Regional Planalto).

Professoras(es) presentes na reunião do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações: Emerson Duarte Monte (convidado), Eliane Barbosa da Conceição (ADUFC), Edson Franco de Moraes (ADUFB) e Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM).

Coordenação: João Claudino;

Relatoria: Marcelo M Vallina;

Secretaria: Fernanda de Freitas Mendonça.

Inicialmente, o coordenador apresentou a metodologia de trabalho, onde destacou as atividades e ações aprovadas no 43º Congresso, bem como o que foi realizado até o momento, destacando as ações que foram realizadas e as que precisam de aprofundamento. Em seguida, abriu a palavra às(aos) presentes, que abordaram diferentes aspectos, dentre os quais se destacam:

1) a necessidade de manter atualizados os dados sobre financiamento das Universidades, Institutos Federais e Cefet's;

2) a problemática das instituições federais, que, dispondo de cada vez menos recursos discricionários (RP2: despesas discricionárias, incluindo custeio e investimentos), tornam-se cada vez mais dependentes de emendas parlamentares e do mercado que financia projetos, muitas vezes, através das chamadas “Fundações de Apoio”, sobre a que se deve avançar na análise e na denúncia;

3) A questão da comunicação, na qual se destaca a campanha “Soberania com mais verbas para a educação”, deve ser aprofundada com materiais que permitam maior

mobilização e politização nas bases, visando aos objetivos que o ANDES-SN propõe para as instituições públicas. Também foi destacado que as ações devem ser de maior impacto na sociedade;

4) que as diretorias regionais realizem, nos encontros semestrais de 2026, debates sobre o financiamento das universidades, institutos e CEFETs, ressaltando a necessidade de que o ANDES-SN tenha, como ponto prioritário de sua agenda política, a questão do financiamento;

5) Finalmente, destacou-se a necessidade de realizar oficinas para a obtenção de dados, concebendo-as como um processo pedagógico para as interessadas e os interessados, embora, nesse ponto, não tenha havido consenso;

6) Destacou-se a necessidade de que o ANDES-SN, além de contratar pesquisadoras(es) para questões específicas, considere incluir em sua equipe de funcionárias(os) profissionais da área de ciência de dados.

Após o aprofundamento do debate foram sugeridos os seguintes encaminhamentos:

- Dar continuidade à elaboração dos estudos sobre isenções fiscais, a evolução das receitas, situação das emendas parlamentares e a dívida pública nos estados e no governo federal;
- Dar continuidade na comunicação de material para agitação sobre o financiamento;
- Fundações aprofundar, caminhos sobre Lei de acesso à informação, sistematizar as respostas obtidas das seções sindicais;
- Desenvolver mesas nos seminários regionais sobre financiamento; (Rodrigo Avila, Emerson; Lucas);
- Pensar na possibilidade de cursos de formação de como acessar dados de financiamento;
- Desenvolver mais materiais de divulgação com impacto;
- Levantar as diferentes demandas sobre financiamento dos GT's;
- Pensar uma Cartilha de divulgação em conjunto com os setores das IEES, IMES, IDES e instituições federais;
- Dar continuidade à campanha + Soberania com mais verbas para a educação;
- Continua a denunciar os impactos do desfinanciamento e suas implicações na autonomia universitária com os aumentos de emendas, projetos externos;
- Continuar a denunciar o NAF.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador deu por encerrada a reunião às 17h.

Brasília, 14 de novembro de 2025.

Coordenação do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações.